

MARIA APARECIDA IARGAS KARAS

A Tendência Atual de Educação e a Formação
de Educadores para a Identificação
de Excepcionalidades.

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Especial, do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1991

PROFESSOR ORIENTADOR:

SHIRLEY TEREZINHA BITTENCOURT

Mestrado em Educação - área de concentração - CURRÍCULO pela Universidade Federal do Paraná.

DEDICATÓRIA

WILLIAM,

... tem que valer a pena!

AGRADECIMENTOS

À professora Gilda Moreira Weiss, pelo empenho e determinação em promover o IV Concurso de Especialização em Educação Especial.

Aos professores que juntos com a Coordenação oportunizaram novos conhecimentos.

Aos colegas que dividiram horas de estudos, prazer e lazer nesta caminhada.

À Shirley Tereziinha Bittencourt, orientadora desta monografia, que incansável e pacientemente esteve presente em todos os momentos.

À Divina Dadá (in memoriam) que durante o curso nos presenteou com a alegria de ser e fazer os outros felizes.

Aos Professores, Funcionários e à diretora Soeli da escola Senador Marcos Freire, de Araucária. E aos Professores, funcionários e à diretora Clemair, da Escola Professor Adriano Robine, de Curitiba.

À Tereza, amiga de todas as horas.

Ao Emílio, Emerson e Júnior que compartilharam incentivando na concretização deste ideal.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS!

SER DIFERENTE

Um dia eu quis conhecer o mundo,
Um mundo diferente do mundo existente.
Então resolvi nascer ...
Nasci diferente do mundo existente!
Agora, busco pessoas especiais
Que saibam me mostrar este mundo diferente,
Que me ensinem a viver com pessoas diferentes,
E me ensinem a tirar da diferença,
A igualdade do direito de viver.

Dedicada a todos aqueles que buscam no
ideal da profissão elementos para trans-
formar o não existir dos deficientes, num
existir melhor.

(Mara Luzia Guerra Macuco)

(14-08-91)

DOCENTES DO IV CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL.

ÁREA: DEFICIÊNCIA MENTAL.

Denise Grein Santos

Eliane de Moura Gonçalves Schwab

Gilda Moreira Weiss

João Carlos Waltrich

Johann Guilherme Melchertz Hurtado

Jônia Maria Dozza Messagi

Leila Juliêtte Kaló

Maria Augusta Bolsanello

Maria Júlia Camiña Bugallo

Shirley Terezinha Bittencourt

Sônia Maria Guariza Assumpção Miranda

UM AGRADECIMENTO ESPECIAL!

PARTICIPANTES DO IV CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Aidê dos Santos Ferreira

Alvacelia Holzmann de Almeida

Ana Cristina Rodrigues Maranhão

Beatriz do Rocio Lima Lourusso

Celi Chiareli

Cleide Quadros Afonso de Moura

Cristiana Barbosa Cordeiro

Dalete Antunes Martins (in memoriam)

Debora Maria Pacheco de Carvalho Abib

Deborah Corrêa Rodrigues

Dirce Câmara Caminha de Oliveira

Dirce Peres Zattoni

Dirce Spiacci Pessoa

Doralice Illescas

Elaine Regina Nascimento da Veiga

Eliane Rodrigues Alves

Ellen Herta Crivellaro Kalbermatter

Ermelisy Silva Stefanuto

Esther de Castro Franolli

Everly Romilde Marques Canto

Helena Garcia Dias

Heliana Firmino de Souza Valente

Hitomi Yamamoto

Janet Nunes Okonski

Josê Luiz Passos Monteiro

Josira Maria Weber Quinteiro

Kyli Constantino

Mara Conceição Giannini Torques Martins

Marcia Macionk

Maria Elizabete Saad

Maria Lucia Almeida Furquim

Maria Madalena Martins

Maristela Steinwandt Prado de França

Marlene Aparecida Silveira e Silva

Mauri Alberto Farias

Rosangela de Souza Dourado de Loiola

Rossana Maria Seabra Sade

Salette Marina Weinschutz

Silvã Marli Tereza Kaló Mengate

Silvanira da Silva Leôncio

Sofia Brugeff Monteiro

Suzana Weidlich

Tânia Mara das Graças Dondalski

Terezinha Cristina Melzer

Walquíria Onete Gomes

Wânia Inês Nóbrega

Wilma Sônia Solotoriw.

NA CERTEZA DE QUE O ENCONTRO FOI SIGNIFICATIVO!

SUMÁRIO

	Pág.	
CAPÍTULO I		
1. INTRODUÇÃO	01	
1.1 Justificativa	03	
1.2 Formulação e Delimitação do Problema	06	
1.3 Objetivos	07	
1.3.1 Objetivo Geral	07	
1.3.2 Objetivos Específicos	08	
1.4 Definição de Termos	08	
1.5 Metodologia	09	
CAPÍTULO II		10
1.2 Revisão da Literatura	12	
2.1 Educação: Uma Reflexão Necessária	12	
2.2 A Organização Escolar Numa Dimensão Histórico-Crítica	14	
2.3 Do Professor Primário ao Professor de 1º Grau: Uma Caminhada pela História	26	
2.4 Os Professores dos Professores: Pedagogos na Formação-Especialista na Opção	29	
2.5 O Especialista Não-Docente: Um Educador em Potencial	34	
2.6 Educação Especial: Barreiras Atuais - Um Repensar Consciente	42	
2.6.1 Vítima da Excepcionalidade	42	
2.6.2 Normalização é o Objeto. Integração é o Processo..	49	
2.7 Mielomeningocele: Um Mal Que pode Ser Evitado	50	
2.7.1 Necessidade de Uma Definição	52	

CAPÍTULO III	56
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES	58
NOTAS DE REFERÊNCIA	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO.

Sabe-se que, de um ponto de vista geral, tem-se um plano menor às preocupações com a educação; é conseqüente que as questões íntimas deste campo sejam reduzidas em importâncias. As preocupações com os problemas da conjuntura sócio-econômico cultural acabam escondendo o problema estrutural mais amplo, ou seja, a educação, móvel predominante do próprio desenvolvimento, como tal deve ser tratada.

É conhecida a advertência de que o mundo já foi suficientemente pensado e agora a hora é de transformá-lo. Também é importante observar que a educação em geral - e a educação escolar em particular - pode ser compreendida como uma forma de reproduzir o modo de ser e a concepção de mundo, de pessoas, grupos e classes, por meio da troca de experiências e de conhecimentos mediatizados pela autoridade pedagógica do educador.

Para tanto, torna-se necessário que os agentes pedagógicos sejam aliados dos educandos e não adversários entre si; deve permanecer sempre, e com mais força, uma relação de cooperação e não de competição entre professores, pedagogos, diretores, alunos e especialistas.

Importante destacar a atuação significativa dos profissionais da educação considerados como elementos-chave nesse processo de descobertas: o pedagogo, o professor, o especialista, os quais lhe são conferidas responsabilidades ímpares, instrumentalizados para agir, significativamente, na tarefa pedagógica, procurando desenvolver habilidades e potencialidades pes-

soais, contribuindo, sobremaneira, para a transformação social desejada.

De tal forma, a educação escolar não pode reduzir o ato pedagógico a um exercício multiplicador de técnicas de administração, supervisão, orientação e transmissão do saber. Lutar para que este ato possa realizar todas as potencialidades apontadas é dever do educador consciente.

Cabe a todos os profissionais da educação a superação da visão distorcida da educação como meramente instrumental, visando o preparo de recursos humanos para a implementação de políticas transformadoras, por intermédio de conteúdos e metodologias criticizadas.

Constata-se, na prática pedagógica, que planejamentos curriculares revelam considerável discrepância entre a teoria e a prática, entre o ideal e o real. A falta de uma filosofia clara, objetivos coerentes e em "alguns" casos, a alienação dos profissionais da educação resulta em uma educação destituída de sentido.

É caótico observar que existem profissionais da educação que desconhecem, por falta de uma formação pedagógica mais coerente, como identificar, detectar, diagnosticar crianças portadoras de excepcionalidades, quanto mais realizar um trabalho preventivo.

Para tanto, apregoa-se uma ação coletiva consciente e intencional que deverá recuperar a globalidade perdida na especialização e então passar para uma ação interdisciplinar atuante.

Percebe-se que já houve um significativo aumento da conscientização e compreensão, por parte da sociedade, na aceitação do excepcional, mas há ainda muito a fazer e, poucas organizações para fazê-lo.

Ênfase especial deve ser dada à preocupação em selecionar, preparar, treinar e formar os profissionais da educação: regentes e não-regentes que participarão do processo educacional, com uma formação específica, para atender crianças excepcionais.

Um esclarecimento não somente à Educação Especial, mas em todas as áreas que a envolvem, bem como informações específicas sobre a mielomeningocele.

Na expectativa de que a reflexão deste estudo possa servir como referência a outros relacionados com a formação dos profissionais de educação, direcionados a uma atuação com pessoas portadoras de necessidades especiais, espera-se, também, que estes mesmos profissionais, ora atuantes, reconheçam a necessidade de refletir a sua prática pedagógica, bem como perceber a complexidade que representa o processo de identificação das deficiências e dificuldades dos excepcionais, sendo o diagnóstico, prognóstico e prevenção instrumentos fundamentais nas decisões e opções educacionais.

1.1 Justificativa.

A formação do magistério, precedida do curso de pedagogia (88), não ofereceu nenhum conhecimento teórico-científico na área de Educação Especial.

Como professora na Rede Estadual e Municipal constatei, no dia-a-dia, com os alunos alguns fatos que merecem destaques:

- alunos com grande dificuldade na aprendizagem e no relacionamento, super-dotado sem diagnóstico;

- alunos de classe especial que poderiam estar frequentando classe regular, outros que precisavam de um atendimento especializado, quer para as dificuldades motoras, visuais, mentais ou auditivas e que não tinham este atendimento;

- também, constatei professores sem o preparo devido para a identificação de tais dificuldades.

Estes fatos significativos por si sô e relacionados com a minha insegurança, levaram-me a procurar a especialização em Educação Especial na Universidade Federal do Paraná.

Fazer este curso para melhorar minha prática pedagógica como professora e como orientadora educacional, foi o primeiro passo.

Aprender para atender os "filhos dos outros", o segundo.

Mas, no decorrer do curso, após o primeiro semestre, com minha sogra muito doente e que precisava da minha dedicação, resolvi interrompê-lo para que pudesse atendê-la nas suas necessidades. E durante o período de férias na Universidade Federal do Paraná (UFPR), eis que um novo fato surge no meu cotidiano: nasce William, primeiro filho do meu irmão, com mielomeningocele.

Este acontecimento modificou nossas vidas, nossos valores e unimo-nos com o objetivo de lutar para que ele se desenvolvesse satisfatoriamente.

Então, ratifico a decisão anterior e retorno ao curso com o apoio da coordenação, dos professores e dos colegas procurando aprender, cada vez mais, buscando estes conhecimentos específicos.

Foram as informações recebidas nas disciplinas Etiologia e Prevenção da Excepcionalidade e Morfologia dos Sistemas que possibilitam a dúvida no diagnóstico fornecido pela maternidade para a minha família, na tentativa de encobrir a gravidade do fato.

A mielomeningocele acontece na mesma proporção que mul-

tas excepcionalidades e, da mesma forma, também tem condições de ser prevenida.

Com base nesta informação considera-se imprescindível o trabalho de prevenção das enfermidades que estamos sujeitos a transmitir para nossos filhos.

O objetivo deste estudo é o da prevenção, iniciado como conteúdo de ensino e, concomitantemente, no despreparo dos profissionais da educação que atendem na Educação Básica; quer seja na Educação Infantil (de 0 a 6 anos), através de creches e pré-escolar, como também aqueles que atuam no Ensino Fundamental (de 7 aos 14 anos) para que possam detectar os problemas e/ou preveni-los na sua base.

A escola, por sua vez, depara-se com a questão das diretrizes curriculares desarticuladas da realidade, profissionais de educação - docentes e não-docentes com formação inadequada para a clientela do ensino regular - maior ainda quando se refere ao ensino especial, com crianças portadoras de deficiências.

Há necessidade de um primeiro plano mudar a concepção sobre as tendências pedagógicas, do profissional atuante e dos que irão atuar. De nada adianta falar em integrar o excepcional à escola, à família e à sociedade, se os próprios educadores, que seriam o canal norteador para isto, estão totalmente desinformados.

A reflexão, ora apresentada, tem um embasamento teórico estruturado por vários elementos, elaborados a partir de uma seqüência de atividades, iniciadas pela busca, dentro da literatura atual, das concepções de diversos autores sobre educação, educação especial e excepcional. Pretende-se, então, analisar a bi-

bliografia existente para trazer informações e propor alternativas metodológicas visando uma melhor qualidade na formação destes profissionais.

Para tanto, levanta-se os questionamentos que nortearão a pesquisa, tais como:

- o trabalho de prevenção em massa feito apenas na semana comemorativa do excepcional atinge seus objetivos?

- como propiciar as condições para que os profissionais da educação recebam informações na área de Educação Especial?

- o professor que atua no 1º grau reconhece e identifica uma excepcionalidade?

- será que a formação do atendente de creche é suficiente para atuar na Educação Infantil?

- é meta das classes e escolas especiais contribuir para a "normalização" do deficiente?

- será que há uma interação entre os profissionais da educação com os da área médica preocupados com um diagnóstico correto?

- quem está capacitado para fazer a avaliação, o diagnóstico e o prognóstico do deficiente?

- quais os agentes causadores da mielomeningocele? Esta acontece por não ter um programa de prevenção?

1.2 Formulação e delimitação do problema.

As preocupações levantadas no questionamento, aqui enfocadas, foram suscitadas a partir da observação sistemática na prática pedagógica, nas experiências vivenciadas a nível não formal e formal, de discussões realizadas em cursos feitos no decorrer da vida profissional, de leituras específicas sobre as ne-

cessidades educacionais, tanto da Educação Regular como da Educação Especial.

Necessário se faz, destacar a importância da atuação significativa dos profissionais da educação, considerados elementos-chave nesse processo tão complexo, que além de exigir uma formação na área, exigir-se-á habilitação e treinamento específico, para que possam contribuir, sobremaneira, na formação dos profissionais da educação.

Na expectativa de que os resultados, deste estudo, possam servir como referência a outros, relacionados à formação destes profissionais ora atuantes que reconhecem a necessidade de refletir a sua prática bem como, percebem a complexidade que representa o processo de identificação das deficiências e dificuldades, entende-se ser este um fator de relevância para estudo, pois a pretensão é contribuir para a melhoria na qualidade da formação destes profissionais.

Pelas considerações expostas, nesta pesquisa, pretende-se responder a seguinte questão:

Será que a formação dos educadores permite uma atuação eficiente numa dimensão histórico-crítica, identificando excepcionalidades em tempo hábil?

1.3 Objetivos.

1.3.1 Objetivo geral.

Analisar os componentes da organização escolar na tendência atual da educação, com perspectivas da prevenção das excecionalidades.

1.3.2 Objetivos específicos.

- Levantar referencial teórico bibliográfico para as unidades temáticas.
- Sintetizar os princípios fundamentais da tendência atual de educação.
- Refletir sobre a formação do professor de 1º grau, do pedagogo como agente transformador e elemento político pedagógico.
- Definir, teoricamente, a equipe técnico-pedagógica num trabalho para resgatar a qualidade do ensino.
- Referenciar informações sobre a mielomeningocele.
- Propor alternativas de auxílio ao pedagogo para identificação e encaminhamento de alunos com deficiências.

1.4 Definição de termos.

- Deficiência Mental - "É o funcionamento significativamente abaixo da média que se manifesta durante o desenvolvimento e que se caracteriza pela inadequação da condução adaptativa". (OMS).
- Educação Especial - "Modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de deficiências". (LDB)
- Equipe Pedagógica - antes - diretor, especialista, professor; agora: educadores.
- Excepcional - Enfim, os que requerem consideração especial no lar, na escola e na sociedade.
- Fala - Linguagem articulada.
- Mielomeningocele - Protusão de uma porção da medula e suas membranas, causadas por aplasia da coluna.

1.5 Metodologia.

O presente estudo está baseado em uma pesquisa descritiva, bibliográfica e reflexiva, determinando caminhos metodológicos para a prática pedagógica.

Pretende-se, nesta pesquisa, refletir termos da formação dos profissionais da educação, considerando-se a necessidade de um efetivo preparo, especialmente quando se trata de uma atuação com crianças excepcionais.

Fez-se necessário, primeiramente, um levantamento bibliográfico, onde foram consultados, mais ou menos 78 livros e 12 revistas especializadas na área; utilizados 45 livros, 11 revistas, periódicos, 4 teses e monografias.

Posteriormente, numa seleção e reflexão sobre os dados encontrados nessas fontes enfocou-se, de forma descritiva, a educação, a Organização Escolar, a Formação dos Educadores, a Educação Especial e a Mielomeningocele.

Espera-se que as conclusões constituam um objeto de atenção por parte dos profissionais da educação: docentes e não-docentes.

CAPÍTULO II

REVISÃO DE LITERATURA.

2. REVISÃO DE LITERATURA.

2.1 Educação, uma reflexão necessária.

Sabe-se que a educação existe de comum acordo com a sociedade; então ela representa o movimento histórico que se insere por meio dos seus objetivos educacionais.

Vive-se um período onde, através dos educadores progressistas, pretende-se uma educação que, mesmo determinada pela sociedade, reaja sobre o determinante.

SAVIANI, reflete, dizendo:

A educação existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rendimentos desse saber.(1)

Na tentativa de se construir um Sistema Nacional de Educação unificado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é um instrumento que viabiliza a garantia de qualidade da Educação a todos os brasileiros.

Art.29 - A educação nacional, instrumento da sociedade para a promoção do exercício da cidadania, fundamentada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade, democracia, justiça social e felicidade humana, no trabalho como fonte de riqueza, dignidade e bem estar universal, tem por fins:

I o pleno desenvolvimento do ser humano e seu aper-

- feiçãoamento;
- II - a formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social e conscientes dos seus direitos e responsabilidades, desenvolvendo-lhes os valores éticos e o aprendizado da participação;
 - III - o preparo do cidadão para a compreensão e o exercício do trabalho, mediante acesso à cultura, ao conhecimento científico, tecnológico e artístico e ao desporto;
 - IV - a produção e difusão do saber e do conhecimento;
 - V - a valorização e a promoção da vida;
 - VI - a preparação do cidadão para a efetiva participação política;
 - VII - o fortalecimento da soberania do país, da unidade e soberania nacional e da solidariedade internacional, pela construção de uma cidadania contrária à exploração, opressão ou desrespeito ao homem, à natureza e ao patrimônio cultural da humanidade. (2)

Por fazer uso em seu estudo da nova terminologia definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) quanto aos níveis de Educação Escolar, a pesquisadora faz este esclarecimento.

Na Lei 5692/71, define-se:

- o ensino de 1º grau (caráter obrigatório), àquele que dos 7 aos 14 anos freqüente a escola e tenha no seu currículo a formação geral;

- o ensino de 2º grau, àquele que concluído o 1º, permaneça no estudo por mais 3 ou 4 anos e tenha no seu currículo a parte de formação especial.

Na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) compreende-se por Educação Básica aquela que envolve Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio.

A saber:

Art. 26 A educação escolar será organizada da seguinte forma:

I - Educação Básica, compreendendo os níveis:

- a) Educação Infantil - oferecida a crianças de zero a 6 anos, através de creches e pré-escolas;
- b) Ensino Fundamental - com duração mínima de 9 anos, ou 2.400 horas de trabalho escolar.
- c) Ensino Médio - posterior fundamental e com duração mínima de 3 anos, ou 2.400 horas de trabalho escolar.

II - Educação Superior - que se realiza através do ensino, da pesquisa e da extensão, e com duração variável de acordo com os requisitos dos seus cursos.

Parágrafo único - Assegurados os padrões de qualidade, a educação escolar poderá adotar alternativas de processos, estratégias e metodologias mais adequadas aos seus objetivos, às características do educando e às condições disponíveis, inclusive, mediante à sua combinação com processos extra-escolares. (3)

A discussão em torno do resgate da essencialidade da escola conta hoje com a contribuição fundamental dos educadores que perseguem a construção da pedagogia histórico-crítica.

2.2 A organização escolar numa dimensão histórico-crítica.

Para se responder às questões propostas, nesta pesquisa, exige-se uma reflexão dos elementos que constituem

o todo organizacional da Educação.

Parte-se para a seguinte análise: o onde? o quê? a quem? por quem? e para quê? a educação se faz necessária.

A escola enquanto instituição social especializada não pode dar aos alunos uma educação desligada das realidades sociais; não pode e nem deve reproduzir a educação que tem curso na sociedade global, pois assim lhe tiraria todo o sentido e toda a utilidade.

Se faz mister repensar as relações entre a escola e sociedade por isso na escola o óbvio é ensinar, como muito bem diz GARRIDO, Selma Pimenta, "ensinar de modo a que se aprenda"⁽⁴⁾, oferecer aos seus frequentadores condições intelectuais, científicas e sociais. Esta instituição educativa deve possibilitar ao aluno o acesso ao conhecimento sistematizado já que a sua democratização do saber passa a ser o instrumento de construção e reconstrução do social.

A escola deve assegurar a aquisição de novos conhecimentos, ampliando-os.

Na análise da especificidade da educação escolar apresentada por PIMENTA, verifica-se os seguintes pressupostos:

"- a escola deve transmitir a todas as crianças os saberes que são investidos na vida cotidiana - não só os saberes fundamentais (leitura, escrita e bases matemáticas), mas também os saberes tecnológicos, econômicos e jurídicos (fundamentos do mundo social adulto).

Esse ensino deve ser diretamente articulado com a experiência social da criança;

- a escola deve esforçar-se por dar a todos uma formação científica e tecnológica ligada à luta contra as fontes da de-

sigualdade social;

- a escola deve proceder à transmissão sistemática do saber não como um corpo de conhecimento voltado para si mesmo, mas se utilizará o saber como necessidade para melhor compreensão dos problemas sociais;

- a escola deve conceber a cultura humana como formação da personalidade social, e não como assimilação pelos indivíduos, de conteúdos culturais que têm um valor em si."⁽⁵⁾

Assim, a função social da escola é a socialização do conhecimento produzido historicamente pelo homem nas suas relações sociais.

Não se pode considerar a escola nem como um duplo da sociedade, nem um meio totalmente autônomo; mas ela:

- é uma instituição social e, enquanto tal, depende da sociedade;

- é uma instituição especializada que se dá finalidades culturais;

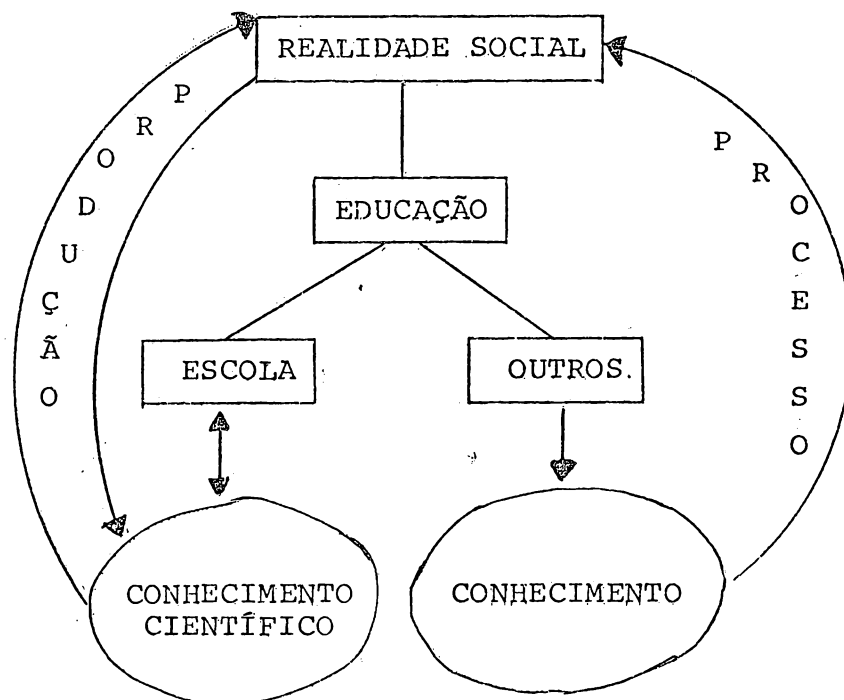
- é uma instituição cultural porque ela elabora sua própria estratégia educativa.

Enquanto tal, a escola reinterpreta sua função social em termos culturais que lhe permitem reivindicar uma autonomia com relação à sociedade.

No dizer de LUCKESI, "A função da escola é oferecer este conhecimento novo de disputa ao povo" ⁽⁶⁾

Nesta dimensão, o papel da escola é estabelecer uma mediação entre o aluno e o mundo adulto, mas com perspectiva libertadora, onde ambos, professor e aluno, estariam engajados numa constante revolução cultural, onde a ação pedagógica seria, então, substituída pela ação política.

Não se trata apenas de modificar os conteúdos transmitidos pela escola, mas sim por sua organização e por seu modo de relação com a sociedade.



O gráfico acima elaborado pela pesquisadora representa o que a mesma pensa a respeito de como o processo da prática sócio-educacional ocorre. A Educação faz parte da realidade social. Possibilitar "saberes" não é exclusivo da escola, mas cabe a ela a distribuição do saber produzido socialmente.

Constata-se no "o quê" que se tem a resposta "para quê".

A educação criada na sociedade e para ela tem nos seus percalços a sua finalidade de direcionar a prática social.

Quando ALTHUSSER desvela a escola como "aparelho ideológico do Estado" (AIE) caracteriza também sua função reprodutora das relações materiais e sociais do capitalismo.

Confirmando, "Todos os aparelhos ideológicos do Estado, sejam quais forem, contribuem para o mesmo resultado: a reprodu-

ção das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração. Cada um a seu modo ... O aparato das comunicações manipulando o cidadão com doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, etc., através da imprensa, rádio e televisão" (7).

Concorda-se com o autor, pois os meios de comunicação de massa, são uma variável crucial e indispensável para o entendimento e explicação da situação de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Aponta-se, então, a necessidade da escola desmistificar, sempre que possível, as informações veiculadas pelos meios de comunicação de massa, para tanto, exige-se dos profissionais uma atitude crítica.

Interpretando FREITAG, Bárbara, "A escola contribui, pois, de duas formas, para o processo de reprodução: a formação social do capitalismo, por um lado, reproduzindo as forças produtivas, por outro, as relações de produção existentes" (8).

Resumindo, sentencia: "A escola vem a ser, portanto, um mecanismo de reforço dessa própria relação capitalista" (9).

Fica "cristalino", claro como água o quanto a reprodução é organizada e do como por meio do Aparelho Ideológico do Estado (AIE), a escola, a religião, os meios de comunicação colaboram a "formar" atitudes e a "organizar" a vida cotidiana.

Nesta análise, ressalta-se que a escola tem uma função essencial a desempenhar: não permitir a manutenção e a perpetuação das relações existentes, com uma ação esclarecedora.

GRAMSCI, que dos estudos feitos nos altusserianos, Aparelho Ideológico do Estado (AIE), sintetiza e extrapola desnudando a contradição ideologia X hegemonia, acrescentando a possibilidade da teoria dialética da educação (10).

Com base neste estudo, SAVIANI, LIBÂNEO, LUCKESI e outros, propõem a teoria histórico-crítica.

LUCKESI apresenta três grupos de entendimento do sentido da educação: "educação como redenção, educação como reprodução e educação como meio de transformação da sociedade" (11).

Faz-se necessário ter claro que estas tendências apresentadas fundamentam-se filosófica e politicamente e "servem" satisfatoriamente a sua finalidade.

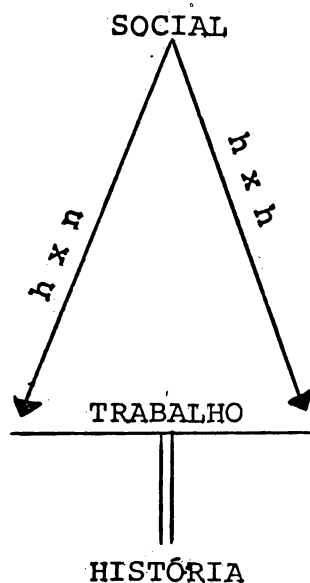
A Pedagogia crítico-social dos conteúdos ou a histórico-crítica têm por finalidade a formação da cidadania.

Na fala do mesmo autor, "A educação é um instrumento a ser utilizado num processo de luta na garantia da cidadania", ainda, "O conhecimento crítico é desvelamento da realidade. Conhecimento não como único, mas como forma de elucidar (luz do entendimento) a realidade" (12).

Esta educação fundamentada na pedagogia histórico-crítica estabelece duas vias condutoras: História e Conhecimento.

História: fruto do trabalho dos homens, surge a partir da relação do homem com a natureza e na sua própria relação entre os homens. "É histórico tudo que resulta do trabalho humano", afinal, o homem se educa, se faz homem na produção. Nota-se, assim, que o "homo sapiens" diferencia-se dos outros animais quando começa a produzir. Sua definição somente se dá pelo trabalho, a primeira necessidade humana.

O gráfico demonstrativo, apresentado a seguir, elaborado pela pesquisadora, procura esclarecer o seu raciocínio sobre o tema.



$h \times n = \text{homem} \times \text{natureza}$

$h \times h = \text{homem} \times \text{homem}$

História: Resultado do trabalho dos homens.

"O homem modifica a natureza a partir do trabalho e com isto começa a construir a História".

Tendo a História como primeiro pressuposto para esta teoria, revela-se o homem como sujeito e objeto das relações sociais.

Numa sociedade capitalista, o homem é sempre objeto das relações sociais já que estas (política, sociais, educacionais) determinam e são determinadas na própria relação.

"... Levam a pensar assim ... a agir assim ..."

Na busca de uma sociedade mais justa, que se promove uma educação sócio-interacionista. Desvelando o óbvio - a contradição - tem-se como primeiro compromisso vincular os conteúdos aos interesses da maioria da população.

Democratizar a escola se torna meta prioritária e por ela possibilitar à população o acesso ao conhecimento científico produzido historicamente.

Ter a educação criticizada requer "avançar no sentido de captar a natureza específica da educação, o que nos levará à compreensão das complexas mediações pelos quais se dá sua inserção

contraditória na sociedade capitalista"¹³).

Conhecimento: Neste segundo pressuposto teórico tem-se o tripê: conteúdo, metodologia e avaliação.

A construção do conhecimento se processa na ligação entre o que o educando já sabe e o que ele vai aprender. Este saber escolar deve estar organizado, sistematicamente, e integrado ao corpo de conhecimentos que o aluno possui.

LIBÂNEO afirma que cabe à educação escolar a "transmissão de conteúdos básicos do saber sistematizado contido nas matérias de estudo por métodos de apropriação ativa e outros processos pedagógicos, como requisitos para a ação prática humana no mundo trabalho e da vida social"⁽¹⁴⁾.

Em suma, deve existir o equilíbrio entre o conteúdo e a forma de transmiti-lo para que exista, uma evolução na construção do conhecimento.

Conteúdo: "O que está dentro", aqui dentro do ensino, por conseguinte, dentro da escola.

O conteúdo deve estar articulado com a experiência social do aluno para que este, compreenda os problemas sociais numa perspectiva maior e perceba que sua prática é capaz de modificar a realidade existente. Como diz RODRIGUES; Neidson: "conteúdos que permitam o estudante a operar com os instrumentos necessários à sua vida profissional, social, política e cultural"⁽¹⁵⁾.

Na medida em que a organização escolar tem claro quem é o seu aluno, como ele aprende, que tipo de homem se pretende e de como se articula conteúdos sistematizados com a experiência vivida, então, a metodologia passa a ser co-responsável na for-

mação crítica e criativa do educando.

-22-

Estes conteúdos, por sua vez, selecionados, sistematizados e sequenciados a partir do conhecimento científico.

Método: Atividade pedagógica que leva o aluno da "ação à compreensão e da compreensão à ação, até a síntese".

As transformações sofridas pelo método de ensino estiveram sempre ligadas às modificações sócio-econômicas e políticas da sociedade. Se a educação vai instrumentalizar, a contradição tem que ser descoberta e interiorizada pelo educando a partir da problematização oferecida pelo educador. Este deve fazer uso de todos os meios para oportunizar de modo significativo a assimilação crítica pelo aluno no conteúdo proposto.

Avaliação: Conjunto de procedimentos que visa diagnosticar o progresso do educando em direção ao saber científico.

Para LUCKESI, "Avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão" (16). Deve, portanto, estar diretamente ligada ao conteúdo - metodologia e desta forma servir ao educador, como retomada do processo quando identificar dificuldades no aluno, para superar o senso comum. Em suma, tem portanto, a função diagnóstica e deve ser utilizada apenas para a verificação da aprendizagem.

Ao optar por uma prática pedagógica criticizada o educador compreende a avaliação como processual e estabelece critérios que esclareçam esta ação.

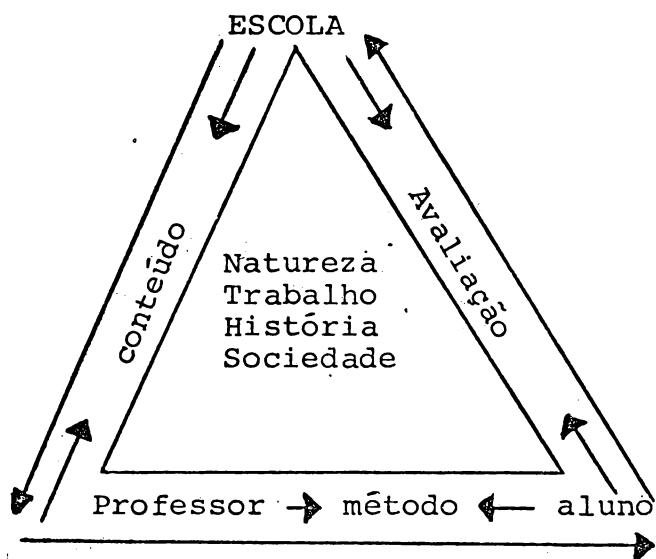
Estes critérios estabelecidos favorecem uma avaliação mais consciente:

- envolvimento da organização escolar;
- Orientação, clareza do quê e como avaliar;

- respeito ao estágio em que se encontra o aluno;
- procedimentos que viabilizem este diagnóstico;
- observação durante todo o processo;
- registro do empenho do aluno;
- parâmetro entre conteúdo - metodologia para a verificação do rendimento escolar;
- todos instrumentos que permitam a verificação do que foi assimilado.

Para maior compreensão deste tripê: conteúdo-método-avaliação elabora-se o gráfico, sintetizando o quanto estão diretamente relacionados com a organização escolar.

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR



Na escola, professor e aluno são sujeitos do processo educacional. A instituição qualifica-se pelo conteúdo científico; o professor competente faz a mediação para o aluno deste conhecimento, e este reflete para a escola quando supera o senso comum e adquire a consciência crítica.

A partir da compreensão desta teoria progressista, a Re-

de Municipal de Ensino de Curitiba, em 1986, iniciou, por meio do comprometimento dos educadores e através de discussões e debates, uma proposta de Currículo Básico nas Escolas Municipais que concretizasse a prática pedagógica.

Procurou-se, então, fundamentar teoricamente todas as áreas de ensino, sistematizar conteúdos e encaminhamentos metodológicos para as séries iniciais.

Este trabalho de resgate da qualidade, coordenado por uma equipe também comprometida, continuou na Secretaria de Educação do Estado do Paraná para a reorganização dos conteúdos curriculares das outras séries do 1º grau.

Em 1990, o Estado devolve aos professores do 1º grau o "Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná", que foi construído pelo empenho e dedicação dos muitos educadores preocupados com o resgate da qualidade do ensino público.

A proposta apresenta pressupostos teóricos, encaminhamentos metodológicos, conteúdos e avaliação desde o pré-escolar até a 8ª série. Tendo claro sua fundamentação teórico-histórica garante ser maior que uma proposta político-partidária e com isto garante também sua evolução, seu desenvolvimento, independentemente da mudança dos cargos públicos.

A proposta está editada; agora é fazer acontecer. O dia-a-dia é com o professor regente e a garantia disto pode ser através das discussões, análises que o não-regente (Orientador Educacional, Supervisão Escolar e Direção) proporcionar.

"Um grande grupo é muito mais que a soma das partes". O sucesso da organização escolar será conquistado sempre onde a equipe técnico-pedagógica se fizer presente e competente. O compromisso destes profissionais nesta proposta, efetivamente,

garantirá todo o apoio que os professores necessitam para alcançarem o objetivo primeiro da função da escola.

Professor e aluno, sujeitos neste resgate, ambos precisam de apoio. Professor que efetive seu trabalho como mediador do conhecimento científico. Professor e alunos que passem do senso comum para a consciência crítica, que tenham a compreensão da própria evolução deste conhecimento como um resultado histórico onde este foi sendo construído.

Orientador Educacional, Supervisor Escolar e Direção deverão refletir junto com os professores as concepções das áreas de estudo, os encaminhamentos metodológicos, o processo da avaliação, explicitando que nesta proposta a avaliação é diagnóstica e processual.

A atual proposta curricular do Estado envolve todos os professores do 1º grau de tal maneira que só com a cumplicidade de todos é que se apresentará um bom resultado.

O ápice da qualidade do ensino passa pela formação dos educadores.

Será interessante tentar acabar com os mitos, RONCA, Antonio Carlos Caruso, "apresenta alguns destes mitos que devem merecer análise crítica por parte dos educadores:

- a melhoria do ensino depende apenas de um melhor planejamento. É o mito da racionalidade do real que se exprime nas idéias de organização e planejamento;

- através da educação o indivíduo pode subir na vida. É o mito da ascensão social que se utiliza de exemplos individuais e os torna como regra geral, gerando o ufanismo pedagógico;

- numa sociedade onde está presente a livre iniciativa

você pode escolher a profissão que deseja abraçar. É o mito da escolha vocacional;

- a educação é alavanca da transformação da sociedade, é a crença ingênua no poder da educação.

Desmascarar essa realidade e comprometer-se num projeto da sociedade, parece-me o maior desafio que se apresenta ao professor" (17).

Compreende-se, então, que a partir da desmitificação o educador crítico faz o discernimento da sua prática pedagógica e percebe-se como elemento necessário no processo educacional.

2.3 Do professor primário ao professor de 1º grau: uma caminhada pela história.

Após a Proclamação da Independência, o ensino público ganhou características dentro dos ideais da Revolução Francesa e procurou-se então criar um sistema educacional para todo o país.

Na obra: "O Ensino Primário no Paraná 1853-1889" (18), constata-se que o termo primário surge com o Plano de Condorcet apresentado, em 1792, na França. Com base neste Plano, o Brasil adotou este termo e a primeira lei sobre Ensino Primário foi aprovado no dia 15 de outubro de 1827, apresentada por Januário da Cunha BARBOSA. Criando as escolas de Primeiras Letras na finalidade de ensinar a "ler, escrever e contar".

Este termo, no Brasil, teve a duração de mais de 100 anos e somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 5692/71, é que desaparece "Professor Primário" e este passa a ter o título de Professor de 1º grau. Profissionais que vão

atender desde a 1ª até a 8ª séries.

Uniram-se as séries, mas não os mestres.

Na maioria das vezes a própria estrutura de horário escolar, manhã para 5ª e 8ª, tarde para prê a 4ª série facilita ainda mais o distanciamento destes profissionais, permanecendo numa rixa antiga: um atribui ao outro as mazelas de seus alunos, sem entender e analisar toda a conjuntura sócio-político-educacional.

O preconceito e a desconsideração com o professor das séries iniciais em relação aos outros existem e persistem.

Este entrave caracteriza-se pela própria formação destes profissionais uma vez que do prê a 4ª série o professor, na maioria, tem apenas o magistério (2º grau), sendo que os da 5ª a 8ª possuem graduação na área específica em que atuam.

Publicações isoladas denunciam que a garantia de uma educação de qualidade passa pela competência do educador.

RONCA se manifesta da seguinte forma: "Quanto ao curso normal não consigo compreender como ele ainda sobrevive no cenário educacional brasileiro. Em algumas regiões do Brasil, o mínimo que se poderia fazer com esse curso seria encerrá-lo. É inacreditável que as séries iniciais do 1º grau, a meu ver um dos grandes, senão o maior desafio que se apresenta para a educação brasileira tenham os seus professores preparados em tal tipo de curso" (19).

Mexer na estrutura requer coragem, determinação por parte de um interesse maior: formar um cidadão consciente.

Conforme afirma RONCA: "É absolutamente indispensável que se ponha em evidência crescente a necessidade de reformular a formação do profissional da educação, inclusive, e principal-

mente dos que atuam e vão atuar nas primeiras séries do 1º grau" (20).

A escola tem que estar intencionalmente preparada política e pedagogicamente para isso, para propiciar ao professor sair do senso comum e adquirir a consciência crítica já que se espera que ele tenha condições de fazer o mesmo com os seus alunos.

Esta reformulação não pode ser aleatória e discriminativa com alguns poucos participantes. Para o objetivo ser alcançado tem-se que sensibilizar e mobilizar todos os educadores do 1º, 2º (Magistério) e 3º grau (Pedagogia) para uma redefinição dos cursos.

A educação pública vem sendo objeto de reforma em outros países no caminho da qualidade.

Na França, para tanto, garante-se:

- remuneração digna;
- autonomia da escola;
- participação da comunidade.

Em comum, a França, Itália e Portugal, além da diminuição da evasão e da não-repetência exige-se que o professor da educação básica possua a formação de 3 a 5 anos depois do ensino secundário.

O Ministro da Educação de Portugal enfatiza: "Todos os professores têm curso superior ..., as pessoas mais qualificadas devem estar no ensino básico" (21).

Retornando, LUCKESI nos apresenta que dentre as qualidades do educador deve estar o comprometimento político, a competência no campo teórico do conhecimento e a competência técnico-profissional.

2.4 Os Professores dos Professores: Pedagogos na Formação - Especialistas na Opção.

O sistema de ensino, em relação ao 3º grau, atravessa momentos cruciais neste contexto histórico. Salários irrisórios arrastam para sua desvalorização e empobrecimento, não apenas os profissionais que ali trabalham mas a pouca pesquisa que se produz.

Foi-se o tempo em que os mestres orgulhavam-se em apresentar seus títulos, como membros das Instituições Federais.

Caminha-se para o descrédito e o descaso se faz maior, presente em todo segmento nacional e na imobilidade inoperante dos Ministros da Educação que passam por Brasília.

Também, neste segmento, os mestres estão divididos, quer seja pela função, pelos Departamentos de Ensino, pelas Secretarias, quer pelas ideologias.

Professores do Curso de Pedagogia que:

- no discurso (as mesmas falas em "bocas" diferentes) apregoam no modismo e ainda, avaliam classificando, comparando, selecionando e expungindo seus alunos;

- passam para seus alunos a escola "ideal" desconhecendo, eles próprios, a real.

- com seu conteúdo descontextualizado e sem método, colaboram para que seus alunos sejam, mais tarde, "vistoriadores" de dossiês floreados no Curso Normal.

Vê-se fundamentado o exposto acima no posicionamento de BALZAN, Newton, César,

Fala-se muito sobre Educação em nossos cursos superiores, especialmente naque-

les voltados para a formação de educadores, mas pouco se reflete a partir do real, e frequentemente nem sequer se cogita sobre a possibilidade de alunos e professores experienciarem a realidade presente nas próprias comunidades em que essas escolas estão inseridas. As relações entre teoria e prática, infelizmente, ainda não ultrapassaram os estreitos limites das discussões meramente acadêmicas, deixando de oferecer qualquer contribuição efetiva para nossos professores, às voltas com seus problemas diários de ensino e aprendizagem (22).

Este autor reporta bem a fase do discurso e da denúncia sem uma proposta, sem um encaminhamento para a construção de uma sociedade mais justa.

Supõe-se que o "modus operandi" distingue o processo.

Vive-se a era do supérfluo. Estuda-se um horário, necessita-se de um contraturno, faz-se o magistério e precisa-se de um adicional, termina-se Pedagogia e envolve-se em cursos de fins-de-semana (curso de curso), faz-se Especialização e pensa-se em Mestrado, acreditando que lá está a resposta.

E a resposta pode estar "aqui e agora" na competência, na ética e na postura de cada um destes profissionais.

Como o professor irá ser alguém comprometido, se isto não lhe for proporcionado?

Torna-se necessário:

- reformulação no Curso Normal;
- reformulação no Curso de Pedagogia;
- ampliação no processo de atualização dos docentes em todos os níveis de ensino.

Para tanto, a Lei de Diretrizes e Bases, mais uma vez, vem fazer este esclarecimento no seu capítulo VXII.

Art. 94 - A formação do profissional da educação far-se-á em cursos específicos, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades do ensino e às características de cada fase do desenvolvimento dos educandos.

Art. 95 - A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura e graduação plena, admitida como formação mínima para o exercício do Magistério na educação infantil e nas 04 primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

§ 1º - Serã exigida específica, preferentemente em nível superior, regulamentada pelo órgão normativo do sistema de ensino competente, para o professor que atue em alfabetização, educação infantil, educação especial, educação de comunidades indígenas e educação de jovens e adultos, sem prejuízo de outras áreas.

§ 2º - A preparação pedagógica do professor para as disciplinas de habilitação profissional no nível médio deverá ser feita em curso de complementação de estudos, de nível superior, em conformidade com as diretrizes gerais fixadas pelo Conselho Nacional de Educação e as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º - O Sistema Nacional de Educação e os sistemas de ensino, em sua área de jurisdição, promoverão a continuidade do aperfeiçoamento e atualização do professor, assegu-

rando em seus planos e orçamentos, recursos e condições materiais e institucionais, e vinculando essa atualização aos planos de carreira docente.

§ 4º - A política de incentivo ao aperfeiçoamento do professor incluirá formas regulares de especialização e atualização e recurso aos meios de educação à distância, assegurando, em qualquer caso, atividades em sala-de-aula e avaliações periódicas.

Art. 96 - A preparação de educadores para o exercício de funções de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, exigida experiência docente com duração mínima de 2 anos e outras condições a critério dos órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 97 - Na preparação para o magistério da educação básica, será exigido estágio, com duração mínima de 6 meses, sob supervisão da instituição formadora, em escola do mesmo nível daquela onde irá atuar o formando, de acordo com as normas estabelecidas pelo sistema de ensino.

Art. 98 - A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á, preferencialmente, em nível de pós-graduação, em cursos e programas de mestrado, doutorado e

pós-doutorado, na forma prevista nos estatutos e regimentos das instituições de ensino.

Parágrafo único - A equivalência de títulos dependerá do que dispuserem os estatutos e regimento da instituição de ensino e do disposto em normas do Conselho Nacional de Educação.

Art. 99 - Os sistemas de ensino e as Universidades poderão promover experiências alternativas, por prazo determinado, com diferentes modelos de estrutura e organização curricular e administrativa, para a formação de profissionais de educação, mediante aprovação e acompanhamento do respectivo projeto pelo órgão normativo do sistema de ensino (23).

Observando o Art. 95, onde propõe que a formação do educador para a educação básica far-se-á em nível superior, depois admite-se que este só tenha magistério. Já no parágrafo 1º exige-se que preferentemente, este tenha formação de 3º grau para atuar na alfabetização, educação infantil (creches até a pré-escola), educação especial, educação com indígenas e educação de jovens e adultos.

Este tema se torna complexo e o educador precisa definir-se, afinal, alguém quer ser sub-professor? Assim como sub-contador? ...

Porque o caminho até agora percorrido vem permitindo constatar as contradições que se esboçam e que originam os questionamentos.

Evidentemente, não se possui respostas prontas, pois se elas existissem, estar-se-ia negando a própria dialética da práxis.

Para tanto, urge repensar e redefinir no cotidiano esta postura proposta pela (LDB) Leis de Diretrizes e Bases, viabilizando a sua execução.

2.5 O Especialista Não-Docente: Um Educador Em Potencial.

Existe duas correntes distintas, repletas de argumentos próprios e cada qual forçando para que seu lado vença.

Especialista sim - Especialista não.

Uma organização escolar necessita de dois tipos de educadores, os regentes e os não-regentes.

Analisando o referencial teórico de PIMENTA, sobre a Organização do Trabalho na Escola vem ressaltar que:

A organização da escola compete aos profissionais docentes e não-docentes. Seria ingênuo advogar que o professor de sala de aula deveria suprir todas as funções que estão fora de sala de aula, mas que nesta interferem - quer dizer, interferem no trabalho docente -, o que não significa que só atue na sala de aula.

Assim, as tarefas que são objeto do trabalho social coletivo dos profissionais de escola podem ser listadas como segue:

- a) Seleção, distribuição e organização dos conteúdos a serem ensinados, considerados relevantes na prática social. Os conteúdos têm objetivos sócio-políticos, por isso tem que ser selecionados a partir da prática social, fazendo-se a crítica da prática existente, para que se construa uma prática social transformadora. Por isso, as fontes para a seleção dos conteúdos

são a natureza primária enquanto objeto de conhecimento; a natureza transformada pela ação dos homens (segunda natureza); as relações sociais; o conhecimento em si. Impõem-se como tarefa necessária, pois, a revisão curricular, cujos princípios norteadores devem ser a visão política da educação escolar como prática social situada numa sociedade de classes; o domínio dos conteúdos específicos pelos diferentes professores; o conhecimento e a constante identificação das possibilidades das socioculturais individuais dos alunos; a articulação das matérias (os conteúdos) do currículo. A revisão do currículo se dá, pois, a partir do que é historicamente necessário (a transformação da situação de desigualdades sociais) articulado com o que é historicamente possível (a situação de desigualdades sociais).

O trabalho de revisão do currículo requer o concurso de todos os profissionais da escola. Para cada princípio de seleção e organização dos conteúdos acima expostos é preciso que os profissionais da educação escolar, partindo das condições existentes, tomem decisões e estabeleçam formas de suprir o que inexiste: as condições de trabalho para a consecução do núcleo do trabalho docente que é o ensino-aprendizagem. No atual quadro da educação escolar, sabemos o quanto a escola desconhece e ignora as possibilidades socioculturais dos seus alunos - experiências nos têm mostrado que a criação dos conselhos de escola e similares são mecanismos que podem suprir este distanciamento entre a escola e os alunos.

- b) Outros aspectos que têm emperrado o trabalho coletivo na escola dizem respeito às questões de poder e hierarquia que têm sido transformado em autoritarismo e burocracia. Constituído de maneira ilegítima, como por exemplo através do preenchimento de cargos, sobretudo de direção, por conveniências eleitorais, ou até mesmo legitimados por concursos realizados sem o controle de uma associação de classe atenta às dimensões políticas de sua atuação, os car-

gos de direção administrativo e técnico-pedagógicas têm se constituído em práticas autoritárias de abuso e mesmo uso do poder para fins excusos à democratização da educação escolar. Poder e hierarquia são necessários enquanto expressão de consenso e de prioridades emanadas do projeto de democratização do saber; é preciso que os profissionais da escola, referindo-se constantemente às suas finalidades sócio-políticas avaliem-na constantemente a fim de que se criem formas de legitimação do poder e da hierarquia.

Experiências feitas neste aspecto apresentam diferentes formas de gestão escolar: eleição de diretores, constituição de conselhos municipais, etc.

c) A complexidade da organização escolar requer:

- o concurso de profissionais não-docentes, que tendo determinadas competências, devem cuidar de tarefas relativas à articulação dos conteúdos;
- A composição de turmas homogêneas, heterogêneas e o que fazer com cada uma;
- O acompanhamento didático-pedagógico aos professores ante novos tipos de organização curricular (por exemplo, o Ciclo Básico), ante as questões metodológicas e de articulação conteúdos-métodos, ante a avaliação que deve ser constantemente diagnóstica (PIMENTA, 1985a, Cap. III; LUCKESI, 1986) que quer conhecimentos técnicos específicos e ante as dificuldades de aprendizagem que os alunos apresentam.

Ainda é importante ressaltar as decisões quanto a horários adequados às possibilidades dos alunos, dos períodos escolares (quantos, como organizá-los, número de alunos em sala, a distribuição das matérias na semana, a combinação dos horários de estudo e trabalho em aula e os horários de merenda e recreação, de tal forma a possibilitar o aproveitamento máximo dos trabalhos escolares, os dias le-

tivos) sua utilização favorável para ampliar as possibilidades de estudo e trabalho escolar, a atribuição de aulas e a distribuição dos professores nas turmas de forma a propiciar a melhoria qualitativa do trabalho nas aulas (SENA, 1985, Cap. IV). Enfim, estas são questões administrativas que requerem a competência (não exclusiva, como anteriormente explicitado) de pedagogos, especialistas em educação.

- d) O último aspecto a ser considerado, refere-se à mobilização dos profissionais da escola quanto à valorização do magistério. A melhoria salarial, os estatutos do magistério, os requisitos para preenchimento dos quadros de carreira, a exigência de concurso devem ser pensados e definidos como melhoria das condições de trabalho não em si, mas como pré-condição que irá possibilitar cada vez mais as condições para a efetiva democratização do ensino. Isto requer uma visão de totalidade dos problemas educacionais. (24)

Nesta explicitação, pode-se constatar o todo da Organização Escolar.

Os regentes e seus alunos são autores, atores e produtores das atividades em sala-de-aula e os não-regentes coadjuvantes, cúmplices para que o ato educativo se torne perfeito.

Quem atua numa escola sabe das necessidades que esta encontra na falta destes elementos.

A natureza do surgimento dos Orientadores Educacionais, Administradores e Supervisores Escolares já foi narrada por diversas literaturas hoje em evidência.

Uma equipe pedagógica é quando se faz presente no objetivo de se ter uma escola de qualidade, e quando esta mesma possui uma visão crítica da sociedade e assume a sua tarefa edu-

cativa.

Constata-se nos planejamentos escolares como elementos da equipe técnica pedagógica; a direção, os professores e os especialistas. Cabe lembrar que não existe esta divisão. Na verdade, a equipe se constitui de educadores e todos são responsáveis pelo plano de ação, pela discussão da filosofia, pelos encaminhamentos metodológicos, pela articulação dos conteúdos, pela avaliação.

O educador não-regente deve ir além da sistematização dos conteúdos e oportunizar com todos os regentes, discussões sobre a concepção de cada área de estudo, sua contribuição não pode ser apenas a forma de ensinar mas o quê e o para quê ensinar.

Tem-se, então, o ato político pois a atividade educativa terá na finalidade, a instrumentalização para a cidadania.

Para melhor sintetizar as idéias sobre educador, professor e pedagogo, discutidas e que foram inventariadas com o capital acumulado de experiências incorporadas à prática escolar que se revelam adequadas e eficientes, permitindo assim um caminho de esperança à escola brasileira.

Se torna significativo lembrar, por intermédio de RODRIGUES, a Carta: (Aos Educadores)

Meus caros educadores,

Dirijo-me a todos aqueles que estão envolvidos com a educação: professores, especialistas, diretores, funcionários das escolas, serventes, intelectuais, professores das universidades, estudantes universitários, funcionários das Secretarias e outros.

Vivemos um momento histórico sumamente importante pa-

ra a nacionalidade brasileira. É o momento em que devemos mostrar à Nação que estamos dispostos a implementar uma grande renovação no processo educacional das jovens gerações. Não estamos preocupados em inventar novas técnicas de ensino, buscar novas teorias ou descobrir novas formas de planejamento para a educação. Estamos, sim, preocupados em responder, através do exemplo ao apelo que vem da sociedade brasileira, de que a educação cumpra, de maneira completa e decisiva, o seu papel na formação dos cidadãos.

Estamos conscientes dos muitos problemas que enfrentam os educadores: insuficiência da rede física, deficiência de material escolar, precariedade das instalações das nossas escolas, situação aflitiva do magistério, falta de condições adequadas de alimentação, saúde dos nossos estudantes, preparação insuficiente dos nossos professores, falta de oportunidade de reciclagem, de treinamento e de especialização, situação aflitiva dos funcionários das nossas escolas.

Estas questões precisam e devem ser resolvidas, porém não basta isto para garantir uma reformulação da educação no Brasil. A questão fundamental não passa apenas pelo atendimento aos problemas materiais e pelo ajustamento da programação às normas do planejamento. A questão fundamental da educação passa, necessariamente, pela redefinição dos objetivos que se pretende alcançar na formação do cidadão.

A sociedade espera uma decisiva reformulação nos processos educacionais consubstanciada na mudança da nossa mentalidade em face do processo pedagógico. Para que esta reformulação se efetive, temos que contar com o empenho de professores, orientadores, supervisores, inspetores, diretores, funcio-

nários das escolas, pessoal que trabalha no sistema, técnicos das delegacias, delegados, funcionários da Secretaria, Secretário e toda a sociedade.

Precisamos, meus caros educadores, compreender que, muito mais do que ensinar conteúdos através de métodos adequados, a atividade educacional visa formar o cidadão para o exercício da cidadania. A escola tem que ser um exemplo vivo disso.

O processo educacional determina a formação do caráter do indivíduo. Isto significa a formação do cidadão consciente da sua qualidade de ser humano, das suas responsabilidades civis, do seu direito ao acesso, conservação, transformação e difusão dos bens culturais e valores da civilização.

A atividade pedagógica deve respeitar e promover esses valores. A escola, o sistema educacional e os profissionais da educação precisam estar conscientes de que estão lidando com seres humanos historicamente situados e que precisam adquirir ou reforçar a noção de sua historicidade. Eles devem se tornar conscientes de que pertencem a uma região, a uma comunidade, a um povo, a uma história, a um tempo, a um espaço e que precisam compreender a realidade em que estão inseridos. A partir desta compreensão, as pessoas sentem que podem e devem transformar a realidade, não segundo os ditames de uma ordem superior, mas segundo as necessidades que emergem da realidade.

A sociedade brasileira, hoje, reivindica a participação nos processos decisórios nacionais e reivindica, também, claramente, a sua participação no âmbito das decisões educacionais.

E, nessa medida, é necessário eliminar os processos burocratizantes que entravam os processos pedagógicos, e acabar

com as diversas formas de imposição ditatorial expressas através de decisões emanadas de cima para baixo, quanto a conteúdos, métodos ou ordens administrativas.

É importante que nos empenhemos em aprofundar a nossa consciência de que a atividade educacional é uma atividade política da mais alta importância, pois estamos fazendo uma nova proposta da sociedade.

Não temos ilusão de que, através da escola, reformaremos a sociedade ou faremos uma revolução social. Estamos, apenas, conscientes de que, na escola, poderemos dar exemplos que, incorporados à conquista social, talvez se transformem em meta para toda a sociedade.

Que a escola não seja um lugar onde se reproduzem as injustiças e as estruturas ditatoriais do mandonismo. Devemos permitir que ela seja atravessada pelo desejo de participação de toda a sociedade, e que, nas nossas reuniões com pais, alunos, serventes, funcionários, diretores e especialistas, nos despojemos de nossas posições hierárquicas, para que haja um conagraamento de intenções, já que o objetivo de todo o esforço para que esse espírito de solidariedade, de cooperação, de compreensão e de entendimento possa permear as nossas ações.

Os profissionais da educação e toda a comunidade devem discutir juntos as questões da educação, os problemas que enfrentam no cotidiano da prática pedagógica e as alternativas buscadas em cada escola, para a melhoria da atividade profissional.

Assim, faremos uma nova educação pela reformulação do nosso compromisso com a atividade pedagógica e pela renovação do nosso comportamento frente à sociedade. (25)

2.6 Educação Especial: Barreiras Atuais—um repensar consciente.

2.6.1 Vítima da Excepcionalidade.

"Deus quis assim" ..., "fatalidade do destino"..., "antes assim do que a morte"..., "são expressões que um educador não pode ignorar. Um nascimento não é obra do acaso, como a ignorância também não o é.

Faz parte da educação preparar o indivíduo para a cidadania, então deve-se possibilitar estas informações.

Medidas simples que evitariam do Brasil ter 15 milhões de excepcionais e com possibilidade de ter um aumento de 12% a 15% no próximo censo.

Excepcional é a exceção. E neste estudo é a exceção das características estabelecidas para os indivíduos normais.

Excepcional é o termo correto?

Esta questão passa a ser relevante mas vem sendo discutida, conceituada por todos aqueles que direta ou indiretamente deparam-se diante do fato.

Um ser diferente, especial, excepcional, que tem um defeito, deficiente, são termos utilizados de acordo com a época, o conceito e o conhecimento de cada um.

Usar-se-á neste estudo os termos: Excepcional e/ou deficiente por concordar-se com estas terminologias.

De acordo com ANTIPOFF, H.,

O termo excepcional é interpretado de maneira a incluir os seguintes tipos: os mentalmente deficientes, todas as pessoas fisicamente prejudicadas, as emocionalmente desajustadas, bem como as superdotadas, enfim, todos os que requerem considerações especiais, na escola e na sociedade. (26)

A organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua deficientes aqueles que apresentam restrição ou limitação na execução de uma atividade, resultante de um impedimento na forma ou dentro dos limites considerados normais.

As causas das deficiências podem ser: pré, peri e pós-natais.

CAUSAS PRÉ NATAIS.

Genéticas: monogolismo, problemas visuais e auditivos, outras malformações.

Infecciosa: rubéola, sífilis e toxoplasmose.

Mecânicas: quedas, traumatismos, abortos, partos prematuros, sangramentos.

Física: Raio X.

Tóxica: medicamentos, drogas, álcool, cigarros, efeitos sobre a poluição, etc.

Má alimentação: desnutrição, anemia.

Outras: hipertensão, problemas cardíacos, diabetes, Rh negativo.

CAUSAS PERI-NATAIS.

Infecciosas: infecção hospitalar.

Mecânicas: traumas cranianos, musculares, ósseos, lesões nervosas.

Tóxicas: medicamentos, oxigenioterapia não controlada (cegueira).

Má alimentação: desnutrição, anemia, problemas metabólicos.

Outras: prematuridade, dificuldade respiratória, icterícia, problemas metabólicos.

CAUSAS PÓS-NATAIS

Infeciosa: meningite, sarampo, paralisia infantil, caxumba.

Mecânicas: acidentes automobilísticos, agressões físicas, quedas.

Física: fogo, soda, instrumentos cortantes.

Má alimentação: desnutrição, retardo no desenvolvimento mental, infecções.

Segundo dados da (OMS), aproximadamente 70% dos casos de deficiência ocorridos, poderiam ser evitados por meio de cuidados antes da gestação, durante a gravidez, no momento do parto e após o nascimento.

Os aspectos das deficiências, que contribuem para as excepcionalidades, resumem-se em:

1. Área: sensorial, motora, intelectual, emocional, social.
2. Intensidade: grau de desvio.
3. Extensão: a gama do comportamento que é afetada.

Dentre as excepcionalidades encontram-se:

Deficiente Mental: "A deficiência mental refere-se ao funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média que se origina durante o período de desenvolvimento (de 0 a 18 anos) e se caracteriza pela inadequação no comportamento adaptativo". (Associação Americana para Deficiência Mental (AAMD)).

Os Deficientes Mentais têm sido classificados em três grupos:

- a) deficiente mental educável;
- b) deficiente mental treinável;
- c) deficiente mental grave/profundo.

As características gerais mais encontradas nos deficientes mentais são:

- a) tendência a habilidades físicas e motoras inferiores;
- b) memória e capacidade limitada para repetir idéias;
- c) capacidade reduzida de usar linguagem e descrever relações temporais causais;
- d) pouca atenção e tolerância de frustração limitada até certo ponto por sua longa história de fracasso.

Deficientes Visuais: Constituem-se como o primeiro grupo deficiente para o qual foram criadas medidas sociais.

É a incapacidade total ou diminuição da capacidade de ver produzida por uma grande variedade de causas genéticas e ambientais.

A deficiência visual pode caracterizar-se em:

- a) a perda ou resíduo mínimo de visão (cegos);
- b) visão reduzida ou visão subnormal (parcialmente cegos).

Os três grandes problemas do DV são:

- a compreensão social;
- a educação por meios não-visuais;
- mobilidade independente.

Dentre as necessidades educacionais do Deficiente Visual encontram-se: aprendizagem do BRAILLE, amplo uso de experiências auditivas, táteis e cinestésicas, adestramento espe-

cial da mobilidade.

Deficientes Auditivos: São aquelas pessoas que nasceram com suficiente perda auditiva para impedir a aquisição espontânea da fala; as que ficaram surdas antes da linguagem e da fala serem estabelecidas e as que ficaram surdas logo após a aquisição da fala e da linguagem, de modo que estas aptidões, praticamente, se perderam.

As deficiências auditivas são endôgenas (hereditárias ou exógenas ambientais). Elas caracterizam-se pela perda:

leve: entre 25 a 40 decibéis;

média: entre 40 a 70 decibéis;

severa: entre 70 a 90 decibéis;

profunda: acima de 90 decibéis.

Deficiência Física Não-Sensorial. São as deficiências físicas e/ou motoras resultantes de alterações neurológicas, medulares, musculares e/ou osteoarticulares. Necessitam de equipamentos especiais para a educação e locomoção.

Deficiência Múltipla: Aquela que apresenta duas ou mais deficiências (visão, audição, mental e física não sensorial), tendo um comprometimento no desenvolvimento global.

Distúrbio Emocional Severo: "O termo significa uma condição exigindo uma ou mais das características seguintes, por um longo prazo de tempo e por um grau acentuado que afeta adversamente o desempenho educacional:

a) inabilidade para aprender, que não pode ser explica-

da por fatores intelectuais, sensoriais ou de saúde;

b) inabilidade para construir ou manter relacionamentos interpessoais satisfatórios com colegas ou professores;

c) apresentação de comportamentos ou sentimentos inapropriados sob condições ou circunstâncias normais;

d) estado geral de tristeza, apatia ou depressão constante;

e) tendência para desenvolver sintomas físicos ou temores, associados com problemas pessoais ou escolares.

O termo inclui (crianças) que são esquizofrênicas ou autistas.

O termo não inclui crianças que são desajustadas socialmente, a não ser que seja determinado (através de avaliação diagnóstica) que elas necessitam de Educação Especial".

Distúrbios de Aprendizagem: Encontrados nas crianças que apresentam deficiências perceptuais, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, dislexia e afasia de evolução.

Superdotação: São portadores de superdotação indivíduos que apresentam notável desempenho e/ou elevada potencialidade nos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral muito superior, aptidão acadêmica específica, pensamento criador ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes, habilidade psico-motora" (CENESP-Ministério da Educação e Cultura - Brasil - Diretrizes Básicas para a Ação do Centro Nacional de Educação Especial, Rio de Janeiro, 1974).

O espectro das deficiências é amplo e o maior desafio

consiste em integrar o Excepcional à sociedade dentro da normalização.

Por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases verifica-se de como a Educação Especial está organizada.

Art. 85 - Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de deficiências.

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na Escola Regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de Ensino Regular.

§ 3º - A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a 6 anos, durante a educação infantil.

§ 4º - O educando em condições de integrar-se no Ensino Regular tem assegurada matrícula no ensino público básico.

Art. 86 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I. currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para corres-

ponder às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não possam atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental;

III - professores com especialização adequada em nível médio e superior, para atendimento especializado, bem como professores do Ensino Regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com o Sistema de Formação Técnico-Profissional, e as Áreas do Trabalho e da Assistência Social;

V - acesso igualitário aos benefícios para o nível de Ensino Regular respectivo (27).

2.6.2 Normalização é o Objeto; Integração é o Processo.

Após 20 anos, desde a década de 70, a expressão "princípios de normalização" continua sendo estudada e discutida como parte principal da renovação do atendimento do excepcional. Sua essência está na busca da integração do excepcional na família, na escola, no trabalho e na sociedade levando-o a ter uma vida tão normal quanto possível.

A "normalização" do indivíduo inicia-se após seu nascimento mediante a constatação precisa e a identificação de sua excepcionalidade.

Segundo FONSECA, "Quanto mais precisa e eficaz for a identificação, tanto mais perfeita pode ser a intervenção".⁽²⁸⁾

Verifica-se, então, que com a detecção precoce nos primeiros momentos do desenvolvimento humano pode-se levar a programas de estimulação, de reabilitação, de desenvolvimento e de reforço, que orientados poderão completar o potencial de aprendizagem deste indivíduo.

Unanimemente, os estudos de desenvolvimento humano consideram certos períodos de maturação, preferencialmente, os primeiros anos de vida, como vitais que permitirão um desenvolvimento harmonioso do ser humano.

Assim sendo, as privações e as restrições no decorrer destes primeiros momentos contribuirão em "deficit" evolutivos irreversíveis.

Toda literatura direcionada em excepcionalidades identifica o papel dos pais como um dos aspectos importantes na integração de crianças deficientes. Sendo estes os primeiros agentes da intervenção educacional, obviamente numa ação conjunta por educadores, por especialistas, etc., contribuem, significativamente, no programa de integração.

"Não basta ser pai, é preciso participar". Superado o choque do nascimento de um filho excepcional, a família deve oferecer recursos e condições para ajudar no seu desenvolvimento social.

O nascimento do Excepcional acontece nas diferentes classes sociais e o "despreparo" e a "falta de recursos", não podem ser barreiras permanentes para a não participação dos pais nos programas de integração.

Se faz necessário, então, conhecer e participar de pro-

gramas especiais para a família, para a criança onde enfatiza-se a compreensão dos assuntos complexos e contínuos que ambos terão que enfrentar.

É preciso garantir o direito da criança desenvolver, ao máximo, suas capacidades limitadas.

Nos estudos de casos, já relatados, verificou-se que a participação dos pais nos programas de tratamento precoce tem produzido resultados favoráveis no sentido de suplantar algumas falhas de desenvolvimento nas crianças com deficiências.

Todos os pais precisam ser participantes ativos da tomada de decisão que afeta os programas e as políticas, para garantirem resultados satisfatórios no desenvolvimento integral do excepcional.

A convivência do Excepcional com outras pessoas e a participação social na comunidade possibilitarão um ajustamento melhor, quando este iniciar suas atividades escolares.

Escolas e classes especiais são alternativas quando não se tem um sistema educacional preparado para atender todas as dificuldades excepcionais existentes.

A necessidade da inclusão do aluno excepcional na escola de ensino regular é a continuidade do processo de normalização. "Quanto mais o Excepcional tiver oportunidades de conviver com seus companheiros da classe regular, melhores serão os resultados integradores, desde que essa convivência seja gradativa e devidamente preparada". (KAUFMAN, 1975). (29)

Esta situação, gradativa e devidamente preparada, refere-se, essencialmente, à orientação e cuidado que se deve ter para conseguir concretizar esta integração. Uma vez que o Excepcional está familiarizado com o ambiente, que todo o corpo

docente e discente esteja preparado para recebê-lo, sua assimilação social realizar-se-á. Portanto, será participante e, reconhecido como elemento ativo do grupo.

A escola de classe regular deve possibilitar objetivos com metodologias de acordo com o potencial de aprendizagem do educando e oferecer oportunidade e condições que facilitem este processo de ensino-aprendizagem.

Todo recurso especial oferecido ao Excepcional implica em criar melhores condições para o conhecimento.

Para isto acredita-se que o professor necessita ter este conhecimento básico afim de detectar, em tempo hábil, a dificuldade quando se apresentar ao seu aluno.

Espera-se que o trabalho de identificação seja feita pela família e o diagnóstico pelo médico.

Atualmente, as condições familiares são precárias, núcleo familiar inexistente, e as crianças são "depositadas" em creches ou escolas e cabe, então, a esses profissionais a possível identificação.

Detecta-se e encaminha-se para os que possuem a especialização da avaliação do diagnóstico, e esses profissionais, juntos numa equipe multidisciplinar, possibilitarão o atendimento específico e necessário.

2.7 Mielomeningocele: um mal que pode ser evitado?

2.7.1 Necessidade de uma definição.

Meninges: São membranas que envolvem o encéfalo e a medula espinhal-duramater, araquinóide e piamater.

Mielocele: "spina Bífida" com protusão da medula.

Meningocele: Protusão das meninges cerebrais ou espinhais, por defeito craniano ou de coluna. Forma um cisto cheio de líquido cefalorraquiano.

Meningocele ou espinha bífida: Hérnia das meninges através de um defeito do crânio ou da raque.

Espinha bífida: meningomielocele congênita, parcialmente hereditária - o casal normal tendo tido filhos com a condição parcial genética, tem a probabilidade de 1/25 em ter outro filho com defeito.

Meningomielocele: Protusão de uma porção de medula e suas membranas, causadas por aplasia de coluna.

Aplasia: Desenvolvimento defeituoso ou ausência congênita de uma parte. Sinônimo: agenesia. "A axialis extracorticais congênitas". Transtorno hereditário da primeira infância, traduzido pela rotação dos olhos e da cabeça, espasticidade de todos os membros, ataxia cerebelar, etc.

MIELOMENINGOCELE.

A mielomeningocele evidencia-se ao nascimento; suas características diferem de acordo com a intensidade da gravidade do fato.

Representa um defeito da pele na linha média, nos arcos vertebrais e no tubo neural, geralmente na região lombossacra.

Trata-se de uma anomalia de desenvolvimento mais comum do sistema nervoso e a incidência varia de 0,2 a 0,4 para cada 1.000 nascimentos.

Nas obras consultadas constata-se que as informações

sobre a sua etiologia ainda são restritivas, embora pareça estar ligada à anecefalia, sendo esta uma má formação.

Uma mulher, cujo filho teve anecefalia ou meningocele, apresenta um risco elevado de ocorrer de uma das duas condições nas gestações subsequentes. Ambos os defeitos foram observados após a administração de aminopterina durante o primeiro mês de gestação.

A maior evidência da mielomeningocele é, ao nascimento, apresentar como um defeito da pele do dorso, margeada lateralmente por proeminências ósseas dos arcos neurais não fundidos das vértebras.

O defeito geral é recoberto por uma membrana transparente que pode possuir tecido neural ligado a sua superfície interna.

Quando o defeito é de fechamento do tubo neural pode ocorrer a anecefalia, encefalocele, a mielomeningocele e má formação de Arnaud-Chiari espinha bífida oculta, seio dérmico, cisto neurentérico.

Essas anomalias do desenvolvimento são mais bem compreendidas no contexto dos estágios formativos normais do sistema nervoso.

Este tubo forma-se no meio do embrião e desenvolve-se em direção das extremidades. Em torno dos 23 dias de gestação o tubo neural está completo, exceto por uma abertura em cada extremidade - os neuroporos anterior e posterior.

O não-fechamento do neuroporo anterior causa a anecefalia encefalocele; um defeito de fechamento do neuroporo posterior acarreta a espinha bífida e meningomielocele.

Em aproximadamente 90% dos casos, das crianças afetadas, se desenvolve a hidrocefalia.

Após a avaliação médica, opera-se, preferivelmente, após 48 horas após o nascimento.

Os, gravemente, afetados, apresentam falhas motoras e 50% são retardados.

As crianças, com grau menor de envolvimento, podem levar vidas bem sucedidas, principalmente, aquelas com espinhas bifidas e meningocele sem evidência de deficit neurológico ao nascimento.

O prognóstico é precário. Pelo menos, dois terços dos casos de meningomielocele são operáveis, mas muitas dessas crianças falecem ou conseguem apenas uma função parcial.

Mesmo sem maiores pesquisas médicas comprobatórias, atribui-se que os riscos de se ter um filho com mielomeningocele está na hereditariedade, raio X, medicamentos (anticoncepcionais), tóxico e alcoolismo.

Inexiste um trabalho preventivo, mesmo constatando-se que este percentual 0,2 e 0,4 por 1.000 tem aumentado, significativamente.

Verifica-se, ainda, que nas maternidades registra-se o número de nati-mortos mas, não a causa.

E, quando constatada, durante a gravidez, geralmente, é feito aborto com acompanhamento médico.

.....

CAPÍTULO III

..

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES

Constatou-se, com este estudo, que as determinações para se ter um cidadão consciente da sua cidadania, está em garantir uma educação de qualidade. A educação não muda a sociedade, mas é um meio de transformá-la e torná-la democrática. É fundamental um conhecimento profundo das condições históricas da sociedade brasileira, hoje, para que se possa propor ações capazes de dimensionar uma transformação nessa mesma sociedade. Para poder caminhar com segurança e levar todos aqueles que querem participar de um processo de renovação, a um caminhar seguro, confiante e competente, faz-se necessário preparar o indivíduo, por meio da atividade educacional, a ser alguém capaz de pensar, dirigir e desenvolver as suas habilidades e capacidades próprias de conhecimento, observação e liderança.

Por isso considera-se importante ressaltar que a função fundamental da escola é desenvolver essa capacidade de organização, tanto para as tarefas individuais quanto para as sociais e culturais que a sociedade exige. Definindo-se o que se quer da escola, determina-se o que é fundamental que a mesma ensine, o que é essencial que ela implemente como preparação dos indivíduos e da sociedade para aquisição do saber, desenvolvimento da cultura e aprendizado de técnicas e de formas de trabalho que promovam, em conjunto, o desenvolvimento individual e social.

A análise e reflexões feitas permitiram concluir, que:

- o tema abordado é polêmico, político e que depende de cada um buscar este conhecimento para instrumentalizar-se na atuação como educador;

- os questionamentos suscitados nortearam a pesquisa e, como tal, esclareceram questões ainda obscuras;

- a atuação dos profissionais da educação encontra-se na dicotomia, sabe-se o que se "quer", mas não se sabe o "como fazer";

- as tendências pedagógicas, independentemente da ótica de cada autor, estão na "prática pedagógica" de cada profissional;

- que as tendências pedagógicas podem, no discurso, estar excluídas - a tradicional, a nova e tecnicista - mas na ação cotidiana estão presentes;

- a legislação: Lei de Diretrizes e Bases, oferece a base legal para se dimensionar a Educação Nacional, as contradições ainda existentes serão desveladas no próprio fazer, fazendo;

- na pedagogia histórico-crítica, o resgate histórico do homem, do trabalho, das suas relações sociais, são unidades representativas para catarse;

- os mitos precisam ser desmitificados quando se pretende um saber escolar científico e crítico;

- há necessidade urgente que o professor da educação básica possua a formação de 3º grau;

- educadores comprometidos com uma qualidade de ensino mobilizam-se para a reformulação dos cursos de Magistério e Pedagogia.

- um Plano de Ação Escolar construído e assumido pelos

profissionais da educação, seja determinante de uma organização escolar;

- os profissionais da educação tenham seus currículos a disciplina de Educação Especial;

- a respeitabilidade dos profissionais da educação decorre da prática pedagógica bem sucedida, ligada às suas funções específicas;

- independentemente do grau de deficiência, o aluno excepcional existe e como qualquer ser humano tem o direito de aprender a descobrir seu caminho;

- a escola e a família deverão interagir em uma ação conjunta;

- a mielomeningocele necessita de novas pesquisas para a indicação de prevenção da mesma.

Finalizando, espera-se que as reflexões aqui expostas, não se esgotem com esta pesquisa, mas sirvam como contribuição e referencial para outros e, que levem os profissionais da educação a refletir sobre suas ações.

Espera-se, ainda, que quando se chegar ao término de uma pesquisa se perceba que muito ficou para ser dito e escrito, e ter-se-á a certeza de que valeu como primeiro ensaio científico individual de um tema tão abrangente como o da Educação.

Em oito dias, sendo vinte horas diárias, fez-se reflexões, chegando-se à conclusão de que, certamente, contribuirão para a prática pedagógica da pesquisadora, tendo a pretensão de atingir outros profissionais da educação.

A exigência, harmonicamente com a amizade da Orientadora desta monografia, torna-a, já, a orientadora da Tese de

Mestrado.

Cresceu-se porque foi dado liberdade para crescer.

Jogando-se com destreza e qualidade, o retorno sempre
será de qualidade intensa.

Se detecta, encaminha.

Se previne, sana!

NOTAS DE REFERÊNCIA.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1. SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo, Cortez, A.A, 1984, p. 9.
2. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. São Paulo, Cortez, ANDE, 1990, p. 11.
3. Idem nº 2, p. 25.
4. PIMENTA, Selma Garrido. O pedagogo na escola pública. São Paulo, Loyola, 1988, p. 149.
5. Idem nº 4, p. 155.
6. LUCKESI, Cipriano C. Palestra proferida sobre: Educação e Cidadania, na Universidade Federal do Paraná, em 06/06/88.
7. ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos. Lisboa, Presença, s/d, p. 23.
8. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado & Sociedade. 4ª ed., São Paulo, Moraes, 1980, p. 33.
9. Idem nº 8, p. 34.
10. GRAMSCI, A. Concepção Dialética de História. 2ª ed., R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 15.
11. LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação. São Paulo, Cortez, 1990, p. 37.
12. Idem nº 6.
13. Idem nº 1, p. 96.
14. LIBÂNEO, José Carlos. Os Conteúdos Escolares e sua dimensão crítica social. In: Democratização da Escola Pública, São Paulo, Loyola, 1985, p. 6.
15. RODRIGUES, Neidson. Lições do Príncipe e outras lições. São Paulo, Cortez, A.A., 1987, p. 77.
16. Idem ao nº 06
17. RONCA, Antonio C.C. Desmitificação e Comprometimento: os maiores desafios que se apresentam ao educador. CEDES, ano II, nº 9, 1980, Cortez, p. 10.
18. OLIVEIRA, Mª Cecília Marins de. O Ensino Primário no Paraná. 1853-1889. Curitiba, SEED, 1986, 309 p.

19. Idem nº 17, p. 12.
20. Idem nº 17, p. 16.
21. FRARE, José Luiz. Nova Escola para Professores de 1º Grau. São Paulo, v. 6, nº 51, p. 18-23, set., 1991.
22. BALZAN, Newton C. Perfil do Superior Necessário. CEDES, nº 7, 1986, p. 44.
23. Idem nº 2, p. 53-4.
24. Idem nº 4, p. 33-4.
25. Idem nº 1, p. 87-8.
26. ANTIPOFF, In: DOCUMENTA (163):48, 1974.
27. Idem nº 2, p. 50.
28. FONSECA, Vitor. Educação Especial. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990, p. 23.
29. KAUFFMAN; In: FONSECA, p. 29.
30. NELSON, M.D. Tratado de Pediatria. 13ª ed., Rio de Janeiro, Senior, 1980, p. 1254.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos. Lisboa, Presença, s/d, 215 p.
2. ANTIPOFF, H. In: Documenta (163):48, 1974.
3. CADERNOS CEDES. A Formação Do Educador em Debate. Cortez. ano 1, nº 2, 1981, 78 p.
4. _____. O profissional do Ensino, debate sobre a sua formação. Cortez, ano II, nº 17, 1986, 72 p.
5. CHAGAS, Valmir. Formação do Magistério: novo sistema. São Paulo, Atlas, 1976, 161 p.
6. CHARLOT, Bernard. A Mistificação Pedagógica. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, 314 p.
7. CRUCKSHNK, W.G. Johnson, O.G. A Educação da Criança e do Jovem Excepcional. Porto Alegre, Globo, 1975, 207 p.
8. CURY, C.R.J. Educação e Contribuição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo, Tese de Doutorado, PUC, 1979.
9. DELIBERAÇÃO nº 020/86. Do Conselho Estadual de Educação do Paraná. Normas para a Educação Especial no sistema Estadual de Ensino.
10. FERREIRO, Emília. Reflexão sobre Alfabetização. 7ª ed., São Paulo, Cortez, A.A., 1985.
11. FERNANDES, Simone. Mielomeningocele. In: Revista Pais e Filhos, ano 13, nº 6, 41-7, fev. 81.
12. FONSECA, Vitor. Educação Especial. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
13. FRARE, José L. A Europa constrói a escola do século XXI. In: Revista Nova Escola para Professores de 1º Grau. São Paulo, v. 6, nº 51, p.18-23, set., 1991.
14. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado & Sociedade. 4ª ed., São Paulo, Moraes, 1980, 142 p.
15. GARCIA, Regina Leite. Construindo uma nova escola com os especialistas. In: Prospectiva. Revista de Orientação Educacional. ADERGS. Porto Alegre, v. 2, nº 16, out., 1987.
16. GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, 79 p.

17. GRUNSPUN, H. Distúrbios Neuróticos da Criança. Rio de Janeiro, 1966, 635 p.
18. _____. Distúrbios Psiquiátricos da Criança. Rio de Janeiro, Atheneu, 1966, 609 p.
19. GUARESCHI, Pedrinho. Comunicação & Poder. Petrópolis, Vozes, 1987, 92 p.
20. INDICAÇÃO Nº 004 do Conselho Estadual de Educação. Indica Normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino.
21. KIRK, Samuel & GALLAGUER. Educação da Criança Excepcional. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
22. LEI DE DIRETRIZES E BASES NACIONAL. Texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da CID com comentários de Dermeval Saviani et alii, São Paulo, Cortez, ANDE, 1990, 150 p.
23. LEI 5692/71. FIXA DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO DE 1º e 2º GRAUS. SEED, Curitiba, 1971, 29 p.
24. LEFEVRE, Antonio B. Neurologia Infantil. São Paulo, Sarvier 1980. 781 p.
25. LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública. São Paulo, Loyola, 1985.
26. LÜCK, Heloísa. Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1982,
27. _____. A Municipalização do ensino e a orientação educacional. Curitiba, Promunicípio, 1979.
28. LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação. São Paulo, Cortez, 1990, 183 p.
29. _____. Educação e Cidadania. Palestra proferida na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, em 06/06/90.
30. MACHADO, M.S. Fundamentos da Educação Especial. São Paulo, Pioneira, 1969, 133 p.
31. MAZZOTTA, S.J. Fundamentos da Educação Especial. São Paulo, Pioneira, 1982, 79 p.
32. MELLO, Guiomar N. Magistério de 1º Grau: competência técnica ao compromisso político. São Paulo, Cortez, A.A., 1982.
33. NELSON, M.D. Tratado de Pediatria. 13ª ed., Rio de Janeiro, Senior, 1980, 1554 p.
34. NETTO, José Paulo & FALCÃO, Mãe do Carmo. Cotidiano: conhecimento e crítica. 2ª ed., Cortez, 1989.

35. NIDELCOFF, Maria Tereza. Uma Escola para o povo. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1979.
36. NOVAES, M.E. Professora Primária-Mestra ou Tia? Belo Horizonte, 1981, 190 p.
37. OLIVEIRA, Mãe Cecília Marins de. O Ensino Primário no Paraná 1853-1889. Curitiba, SEED, 1986, 309 p.
38. PIMENTA, Selma Garrido. Redefinida a Habilitação-Magistério no 2º Grau. Revista ANDE, São Paulo, v. p, nº 15, p. 37-50, 1990.
39. O Pedagogo na Escola Pública. São Paulo, Loyola, 1988, 198 p.
40. PEREIRA, Olívia et alii. Educação Especial: atuais desafios. Rio de Janeiro, Interamericana, 1980, 89 p.
41. PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Currículo Básico. PMC, 1988.
42. PROCOTTE, Arlete. Proposta Curricular para sensibilização de alunos do Curso de Magistério, a nível de 2º grau em relação a crianças excepcionais. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR, 1981, 88 p.
43. REESE, Hayne. W. et alii. Psicologia do Desenvolvimento da Criança. Rio de Janeiro, Interamericana, 1980.
44. RIBAS, C.G.S. O que são pessoas deficientes? São Paulo, Brasiliense, 1983, 99 p.
45. RODRIGUES, Neidson. Lições do Príncipe e outras lições. São Paulo, Cortez: A.S., 1987, 111 p.
46. RONCA, Antonio C.C. In: Revista CEDES, nº 8, 1983, 64.
47. ROSA, Carlos Mendes. Educação Especial. In: Nova Escola para professores de 1º grau. São Paulo, ano VI, nº 50, agos., 1991.
48. SCHWAB, Eliane de M. G. Quem é o Aluno de Educação Especial? GAZETA DO POVO, Ano 18, nº 918, Curitiba, 14 de setembro de 1991, p. 10.
49. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia? Belo Horizonte, Interlivros, 1977, 317 p.
50. SALVADOR, Angelo D. (frei). Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica: elaboração e relatório de estudos científicos. Porto Alegre, Sulina, 1978, 254 p.
51. SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia Histórico-Crítica no Quadro das Tendências Críticas da Educação Brasileira. In: Revista ANDE, 6 (11) 15-23, 1986.

52. _____ . Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo. Revista ANDE. 5 (9) 29-37, 1986.
53. _____ . Escola e Democracia. São Paulo, Cortez: A.A., 1983, 96 p.
54. _____ . Educação: do senso comum à consciência filosófica. 4ª ed., São Paulo, Cortez: A.A.; 1984, 224 p.
55. SILVA, T.R.N. da. Algumas reflexões sobre os especialistas do ensino e a divisão técnica de trabalho na escola. Caderno CEDES, 1984.
56. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná. Curitiba, 1990, 216 p.
57. TAMEZAWA, Marilda. Educação do Pedagogo na Avaliação Psico-educacional. Monografia. UFPR, 1988, 59 p.
58. TELFORD, Charles W & SAWREY, James M. O Indivíduo excepcional. Rio de Janeiro. Zahar, 1978, 642 p.
59. WYGOTSKY, L.S. Pensamento & Linguagem. Lisboa, Antídoto, 1979.
60. _____ . A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 1984.
61. WACHOWICZ, L.A. A Relação Professor-Estado: um estudo da política elaborada para o Magistério do Paraná de 1853-1930. São Paulo, Cortez, 1981, 260 p.